



A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA AO MODELO HEGEMÔNICO DE PRODUÇÃO RURAL: UM PANORAMA DO ESTADO DA BAHIA

Benicio Abel da Silva Andrade Leão, Universidade Estadual de Feira de Santana, benicio.abell@hotmail.com;

Nívea Oliveira Santos, Universidade Estadual de Feira de Santana, nivea.s251@gmail.com

Vanessa da Silva Vieira, Universidade Estadual de Feira de Santana, vanessavieira@uefs.br

Resumo

O artigo em questão retrata o panorama atual da agroecologia na Bahia, sendo uma alternativa na agricultura familiar oposta ao modelo hegemônico de produção rural. Tal modelo se estabeleceu após a revolução verde, a mesma que teve como objetivo a mecanização da agricultura e a inserção de técnicas agrícolas aos campos brasileiros, conseqüentemente, promovendo o modelo do agronegócio que explicita a perversa concentração fundiária brasileira. Dessa forma, o principal objetivo do presente trabalho consiste em realizar um panorama da transição da agricultura familiar tradicional para uma agricultura rural mais sustentável baseada na agroecologia. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas com base na temática em questão e análise documental das políticas públicas de desenvolvimento rural no Estado, visando compreender o cenário atual baiano a respeito do desenvolvimento da agroecologia em seu território. Desse modo, considera-se que, a Bahia apresenta possibilidades e áreas características para o desenvolvimento da agroecologia, para isso é necessário seguir seus princípios e considerar as demandas sociais e decisões locais advindas dos agricultores e agricultoras familiares da Bahia.

Palavras-chave: Agroecologia, Transição Agroecológica, Agricultura Familiar, Bahia.

1. Introdução

O conjunto de técnicas modernas encaminhada pela Revolução Verde tem como principal característica o alto uso do capital para elevação da produtividade da terra e do trabalho, através de variedades melhoradas geneticamente, em monoculturas, insumos e máquinas industriais, com dependência energética do petróleo (Siqueira, 2011). Esses processos mudaram profundamente as bases da economia agrícola, além de provocar mudanças ecológicas, sociais,

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

culturais e sobretudo políticas. Tais mudanças não beneficiaram em nada os pequenos produtores, mas apenas os grandes e médios agricultores que possuíam capital, o que reforçou as desigualdades no campo, além de afetar consideravelmente a agricultura tradicional. No Brasil, a Revolução Verde trouxe a promessa de modernização do campo, erradicação da fome, aumento da produção e busca pelo desenvolvimento. Entretanto nenhuma dessas promessas deram resultados concretos e o aumento do desemprego no campo promoveu o êxodo rural e o crescimento dos centros urbanos, facilitando a solidificação latifundiária e surgimento de periferias urbanas (Lazzari; Souza, 2017), alguns dos traços do agronegócio no Brasil, assim como a forte participação do Estado, que viabilizou a intensificação de grilagens e compras de novas propriedades. Assim, tornou-se necessário o desenvolvimento de uma nova lógica de mercado voltada não somente para atender as exigências mercantis, mas que deem ênfase principalmente em tecnologias que auxiliem a conservação dos recursos naturais e que beneficiem os pequenos produtores.

Dentro dessa necessidade, a agroecologia surge como uma nova alternativa de desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. Inserida no Brasil em 1980, a agroecologia surge a partir dos movimentos sociais rurais, associada ao princípio de respeito à diversidade biológica e cultural, pois, mesmo utilizando técnicas tradicionais, os agricultores tradicionais mantêm o respeito pela terra, desenvolvendo suas atividades de forma harmônica com os recursos naturais disponíveis a partir dos conhecimentos obtidos sobre os ciclos produtivos. Conforme Vieira (2014), evidencia-se a amplitude e complexidade do campo da agroecologia, visto que, para promover uma transição para uma agricultura rural mais sustentável é necessário a interação dos saberes históricos dos agricultores com o conhecimento científico, no intuito de promover novas estratégias para o desenvolvimento rural, sendo esta um dos elementos centrais dos princípios agroecológicos.

O Estado da Bahia possui quase setecentos mil agricultores familiares (Sanchez, 2018) e uma rica diversidade em biomas, tendo em seu conjunto desafios para a construção de outros padrões de desenvolvimento rural. Dentro desses desafios, a agroecologia mostra-se como alternativa promissora, podendo ter um papel central no desenvolvimento rural sustentável nos espaços rurais baianos. Dessa forma, o principal objetivo do presente trabalho consiste em realizar um panorama sobre a transição da agricultura familiar tradicional para uma agricultura rural mais sustentável baseada na agroecologia, como alternativa ao modelo de produção atual

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

no Estado da Bahia. O estudo visa contribuir para o avanço do debate agroecológico em escala regional, corroborar com estudos do tema em um contexto teórico, em compreender a agroecologia enquanto política territorial que possibilite a transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura sustentável na dinâmica familiar, ao qual promova o desenvolvimento rural sustentável, fundamentalmente no Estado da Bahia.

2. Fundamentação teórica

A agricultura moderna é caracterizada pelo alto uso do capital para elevação da produtividade da terra e do trabalho, através de variedades melhoradas geneticamente, em monoculturas, insumos e máquinas industriais, com dependência energética do petróleo (Siqueira, 2011). Esse conjunto de técnicas modernas ficou conhecido como pacote tecnológico da Revolução Verde. Esse pacote tecnológico tinha como objetivo a redução drástica da mão-de-obra a partir do uso de mecanização, alto rendimento das culturas através da utilização de sementes híbridas, crescimento da exportação, uso de adubos e fertilizantes químicos para o aumento produtivo, além de uso de agrotóxicos no controle das pragas, tecnologias fora do alcance dos pequenos agricultores, que se baseavam na otimização dos recursos locais e no entendimento dos ciclos ecológicos naturais (Luzzi, 2007).

Essas transformações tecnológicas que caracterizam a Revolução Verde iniciaram-se a partir do século XIX, com os trabalhos de Justus Von Liebig e Gregor Mendel, que procuravam contribuir para o melhoramento genético e produtivo alimentar, incorporando elementos da ciência aplicada dentro da produção agrícola (Pereira, 2012 *apud* Rodrigues, 2015). Após a segunda Guerra Mundial a Revolução Verde se consolidou, expandindo-se pelo mundo, com transferência dessas tecnologias dos países ricos (que as geraram) para os países pobres, com intuito de sanar a fome mundial através dos ganhos de produtividade e produção (Siqueira, 2011).

A Revolução Verde resultou em profundas mudanças ecológicas, sociais, culturais e principalmente políticas. Porém, tal revolução beneficiou apenas os grandes e médios agricultores que possuíam recursos para adquirir os novos insumos e equipamentos agrícolas, o que não era o caso dos pequenos agricultores. Além disso, esse modelo tecnológico afetou consideravelmente a agricultura tradicional praticada por esses pequenos produtores, pois suas técnicas passaram a ser consideradas atrasadas e com baixo índice produtivo, já que as novas tecnologias

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

promoviam uma visão reducionista da agricultura, a partir da simplificação do processo de produção e plantio em larga escala (Vieira, 2014). Essa cientifização da agricultura representou uma ruptura de paradigma, tendo em vista que reduzia cada vez mais a interferência ecossistêmica natural na determinação da prática executada na terra e nas plantas, ampliando as possibilidades de homogeneização da produção agrícola (Caporal, 2004 *apud* Rodrigues, 2015). Assim, a Revolução Verde além de proporcionar uma grande exclusão social também resultou em altos danos ambientais, causando a destruição da biodiversidade com os monocultivos, impactando no solo, rios e barragens, afetando a saúde humana com a presença de contaminantes químicos nos alimentos, além de contribuir para o aquecimento global (Caporal, 2008).

No Brasil, a introdução da Revolução Verde teve início durante a década de 1960, trazendo consigo a promessa de modernização do campo, erradicação da fome, aumento da produção e busca pelo desenvolvimento do país. Entretanto, a promessa de empregos deixa de existir, tendo em vista a implementação do maquinário no campo, e a produção familiar antes diversificada passa a ser uma monocultura, além dos cultivos voltados somente para a exportação e o êxodo rural provocado pelo desemprego e crescimento de centros urbanos, que facilitou a solidificação latifundiária e o surgimento de periferias urbanas (Lazzari; Souza, 2017). É nesse período que começam a ser definidos os traços do agronegócio no Brasil, que traz em seu seio inúmeras contradições. O agronegócio constitui um modelo de produção agrícola modernizada. Esse termo foi cunhado em 1990 para caracterizar a agricultura capitalista, sendo apresentado pela primeira vez em 1957 por Davis e Goldberg, compreendendo-o como um complexo de sistemas que integra todas as dimensões da economia capitalista (agricultura, indústria, comércio e finanças) (Camacho, 2012 *apud* Ferreira *et al.*, 2019). Por esse motivo, gerenciar um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou conjunto de unidades agrícolas mostra-se um elemento considerável dentro do agronegócio, e tais investimentos de grandes proporções deixam evidente a forte participação do Estado e das políticas públicas que não apenas viabilizam a origem do agronegócio como também sua expansão (Heredia; Palmeira; Leite, 2010).

Dessa forma, o Estado teve papel crucial dentro do agronegócio, contribuindo consideravelmente para o processo de expansão do capitalismo no campo e intensificação do uso de máquinas e insumos modernos através da implantação de políticas agrárias. Esse modelo pro-

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

dutoivo consiste na união entre grandes fazendeiros capitalistas voltados à exportação, as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional e o subsídio do Estado, que intensificou as grilagens e compras de novas propriedades, além da supressão do pequeno produtor, que obviamente não conseguia o mesmo crédito pelo Governo, sendo obrigado a vender suas terras aos grandes produtores (Ferreira *et al.*, 2019). Esse conjunto de transformações dentro do campo passaram a suprimir as formas de cultivo desenvolvidas através da experiência, utilizadas pelos pequenos agricultores durante gerações, levando-os à modernização e renúncia de suas formas tradicionais de cultivo da terra e trato dos animais. Assim, criou-se a necessidade dos agricultores se adequarem à lógica capitalista de pertencimento à modernidade, resultando na desestruturação do espaço de produção camponês no Brasil (Rodrigues, 2015). Dentro desse cenário, os meios de comunicação tiveram um importante papel, pois quase diariamente apresentavam os grandes avanços e conquistas do agronegócio, elegendo-o como o setor mais desenvolvido da economia brasileira (Canuto, 2004 *apud* Ferreira *et al.*, 2019). Por outro lado, o viés conservador do agronegócio quase nunca é mostrado na mídia, pois por trás de todo esse avanço exposto ele esconde uma estrutura fundiária conservadora, injusta e predatória com o meio ambiente e o trabalho, sendo a manifestação do neoliberalismo na agricultura (Ferreira *et al.*, 2019; Stedile, 2006). Em função disso os recursos naturais ligados à produção são degradados, trabalhadores responsáveis pelas produções são explorados, cria-se a dependência de insumos químicos e propaga-se um meio cada vez mais artificializado (Vieira, 2014).

Por esses motivos, faz-se necessária uma nova lógica do mercado que determine a organização da vida social não somente voltada para atender exigências mercantis (Abramovay, 2009 *apud* Vieira, 2014). A substituição desse modelo por um baseado na agricultura sustentável que preserva os recursos naturais parece algo distante, entretanto existem inúmeros movimentos de oposição ao agronegócio, entre eles a Agroecologia, cujas concepções serão tratadas no decorrer do presente trabalho

A agricultura familiar, desde sua origem, apresenta características compatíveis à ideologia de sustentabilidade, desconcordante ao conceito de sustentabilidade promovida pelo capital. Assim, o modo sustentável no contexto do sistema capitalista está subordinado ao desenvolvimento econômico de um território.

[...] o discurso do desenvolvimento sustentável justifica a sustentabilidade do próprio sistema Capitalista contemporâneo, visto que o desenvolvimento econômico é o mais

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

sustentado no sistema, onde a preocupação ambiental é consequência do desenvolvimento econômico, enquanto a dimensão social, na grande maioria, ainda é deixada de lado [...] (PEREIRA et.al, 2017, p. 3).

Com base em Finnato; Salamoni (2008). Dessa forma, conforme (Porto-Gonçalves, 2006), a agricultura familiar está associada ao princípio e respeito à diversidade biológica e cultural. Ainda que utilizem técnicas tradicionais, os agricultores e agricultoras rurais mantêm o respeito pela terra, desenvolvem suas atividades técnicas e sociais de forma harmônica aos recursos naturais disponíveis.

A relação do agricultor familiar com sua terra não se pauta apenas na produção para a comercialização da produção, mas ele se identifica com o lugar que trabalha e vive. Em muitos casos, foi no mesmo “pedaço” de terra que seus antepassados viveram, o que torna o lugar carregado de um sentimento de posse e identificação (valores simbólicos). (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 8).

Levando em consideração tal narrativa, segundo Gomes; Borba (1999) citado por Vieira (2014), a Agroecologia é tão antiga quanto à agricultura. Segundo os autores, as agriculturas tradicionais ou indígenas, revelam sistemas agrícolas complexos que incorporam o uso de recursos renováveis localmente disponíveis, a partir dos conhecimentos obtidos durante os ciclos produtivos e os aspectos culturais de identificação com a terra passado por gerações. Dessa maneira, as agriculturas tradicionais e/ou indígenas por apresentar tais aspectos, relacionam-se com as bases da atual agroecologia. Assim, revela-se que, do ponto de vista histórico, a ecologia já era inserida à agricultura.

A partir de um contexto histórico, conforme o processo de modernização da agricultura brasileira na década de 1970, ficaram cada vez mais explícitos os impactos negativos derivados de tal processo na agricultura. Nessa conjuntura, torna-se necessário rumos alternativos de atividade agrícola menos predatória ao meio ambiente e que se oponha ao modo de produção capitalista inserido no campo. Assim, a agroecologia insere-se no Brasil em 1980, conforme Vieira (2014), os movimentos sociais rurais foram, muitas das vezes, os primeiros coletivos a inserirem o debate da Agroecologia no Brasil.

Conforme, o debate expandiu-se em todo o país, porém é a partir dos trabalhos de Altieri que, de fato, disseminaram o termo Agroecologia, atribuindo ao mesmo um marco conceitual científico (Vieira, 2014). Este, sendo considerado um dos expoentes da temática em 1980. Na

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

década de 90, o Brasil foi marcado por muitos eventos para discutir questões ambientais. Por conseguinte, destacaram-se a criação de duas organizações, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (Vieira, 2014). A ANA e a ABA, ainda hoje são consideradas como símbolos de resistência contra o modelo do agronegócio brasileiro, onde promovem e estimulam a discussão sobre a temática agroecológica.

Em um contexto atual, para superar técnicas da agricultura produtivista tradicional no espaço rural, intensificaram-se debates em torno das bases agroecológicas, para estabelecer uma transição de uma agricultura tradicional rural para uma agricultura rural mais sustentável, menos predatória ao meio ambiente e que preserve os recursos naturais disponíveis, promovendo um desenvolvimento rural sustentável. Assim, conforme Vieira (2014), evidencia-se a amplitude e complexidade do campo da Agroecologia, visto que, para promover uma transição para uma agricultura rural mais sustentável é necessário a interação dos saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, no intuito de promover novas estratégias para o desenvolvimento rural, sendo esta um dos elementos centrais dos princípios agroecológicos.

Assim, a agroecologia não apenas baseia-se em práticas sustentáveis agroecossistêmicas, mas envolve um desenvolvimento rural sustentável humanizado, levando em consideração toda a sua multidimensionalidade para os espaços rurais. Desse modo, apenas contemplando as suas dimensões (cultural, econômica, política, ética, social e ambiental) que se obterá um desenvolvimento rural sustentável.

3. Metodologia

A investigação foi realizada face à revisão bibliográfica e análise documental. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico com base em leituras de artigos, dissertações, teses e livros voltados para a temática estudada. Posteriormente, foi efetuado uma análise documental a partir dos documentos oficiais de governo do Estado da Bahia que tratam sobre a espacialização e implementação de programas, projetos e/ou ações que almejam um desenvolvimento rural sustentável nos Territórios de Identidade, a saber: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PTDRSS); Programas, projetos e/ou ações disponibilizados no *site* da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Companhia de Ação Regional da

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

Bahia (CAR) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que estejam vinculados às políticas territoriais rurais de base agroecológica.

4. Resultados

Conforme Balestro; Sauer (2013) citado por Vieira (2014), o Estado tem papel relevante na implantação da modernização conservadora promovida pela Revolução Verde, isto ocorreu com a implantação da oferta de assistência técnica, extensão rural, instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisa e ensino. Ademais, essa ‘homogeneização’ não ocorre em todos os espaços rurais, em específico, em muitos do Estado da Bahia. Pois, de acordo com Sanches (2018), a Bahia possui quase setecentos mil agricultores e agricultoras familiares, e uma rica diversidade de biomas, tem no seu conjunto de desafios a construção de outros padrões de desenvolvimento rural. Dessa maneira, é possível afirmar que, por mais que tais técnicas foram promovidas aos espaços rurais baianos, a relação e dinâmica que os camponeses (agricultores familiares) possuem com a terra vão muito além de aspectos meramente tecnológicos e/ou agrônômicos da produção. A partir disso, fica evidente que a Agroecologia pode ter um papel central no desenvolvimento rural sustentável nos espaços rurais baianos.

Conforme Bahia (2019), do ponto de vista oficial, o governo do estado da Bahia estabeleceu como objetivo encontrar um novo caminho para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica e/ou agriculturas mais sustentáveis nos espaços rurais dos Territórios de Identidade da Bahia (figura 1). Dessa forma, o governo articula-se para buscar novos sistemas produtivos e organizacionais que sobressaíam técnicas de sustentabilidade. Conforme as bases da agroecologia supracitadas, seguindo as variáveis sociais e políticas, é necessário garantir a articulação da ação local para concretizar-se o desenvolvimento sustentável rural no Estado da Bahia. As decisões locais e as demandas sociais manifestadas por sindicatos, agricultores e agricultoras familiares das comunidades rurais baianas atreladas às decisões de Governo, nor-teiam as políticas territoriais destinadas aos espaços rurais (Leão; Vieira, 2021).

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

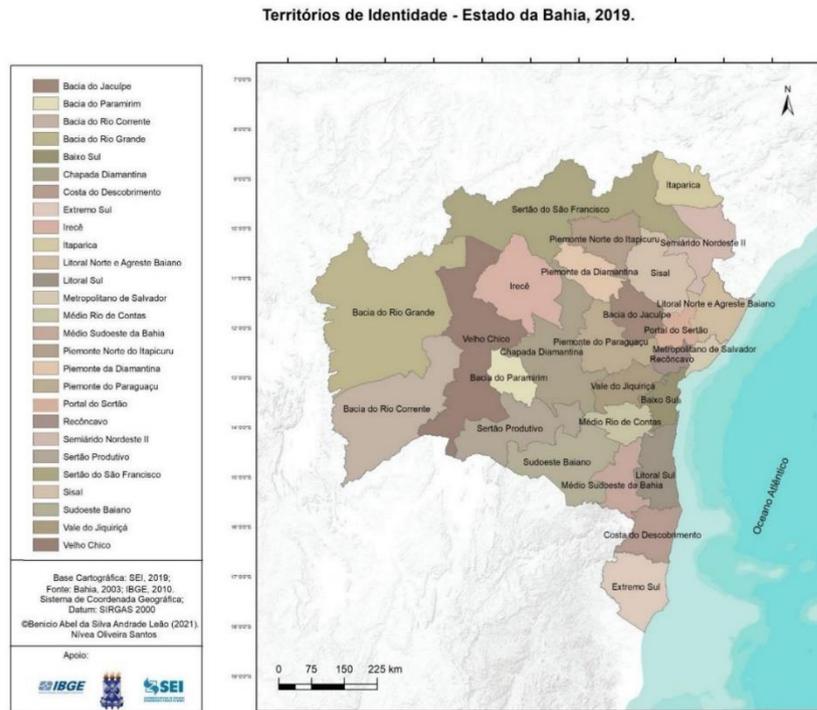


Figura 1: Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2019.
Elaboração dos autores, 2021.

A partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) em dezembro de 2014, as políticas territoriais destinadas aos espaços rurais baianos apresentaram programas, projetos e/ou ações voltados para o desenvolvimento rural cuja base seja conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva. Segundo Sanches (2018), a Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA) foi um dos pilares para a construção e desenvolvimento da política estadual de agroecologia, assim, também, como responsável por uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica. Ademais, de acordo com a autora, o Estado da Bahia vem avançando no que diz respeito às políticas públicas que objetivam o desenvolvimento rural sustentável, como a Política Estadual de ATER (PEATER), da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, e mais recentemente, da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

O ano de 2015 foi marcado por importantes passos na conjuntura das políticas territoriais destinadas ao espaço rural da Bahia. A superintendência baiana de ATER – a Bahiater, de

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

responsabilidade da SDR, lançou a chamada pública ATER Sustentabilidade para atender pouco mais de 30 mil famílias em 22, dos 27 territórios de identidade do estado (SANCHES, 2014). Conforme Leão; Vieira (2021), os espaços rurais baianos, passíveis de desenvolvimento e característico para a sustentabilidade, possibilitam o avanço de investimentos e políticas territoriais, sustentado aos princípios da agroecologia, assegurados por órgãos estaduais. Dessa forma, identifica-se o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF) como uma ação de governo, cuja finalidade é desconcentrar, descentralizar, articular e implementar programas, projetos, ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Assim, no decorrer do primeiro governo Rui Costa (2015 - 2018), mediante a SDR, instituiu-se o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF), através da Portaria 058/2015 publicada pelo Diário Oficial do Estado (DOE) em 20/06/2015, em que, de acordo com o Art. 1º da Portaria, nos vinte e sete Territórios de Identidade do Estado da Bahia comportam uma unidade-base do SETAF (figura 2).

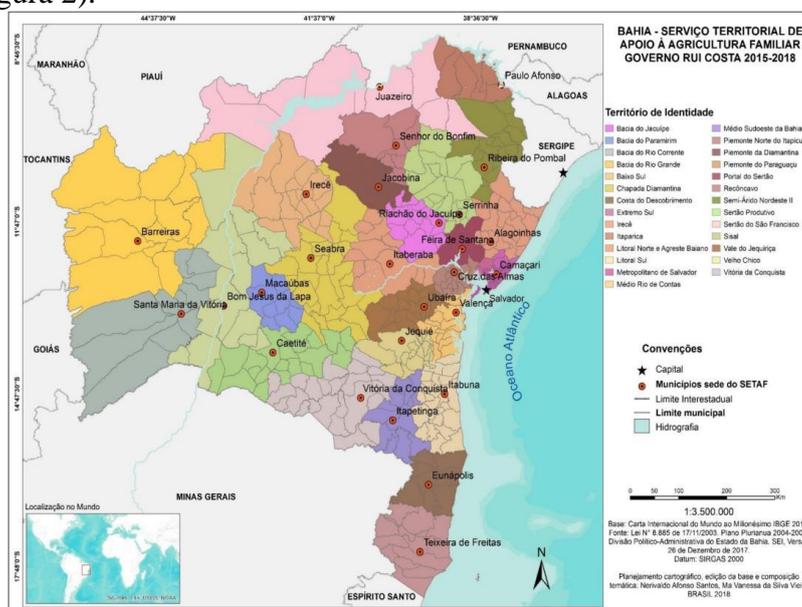


Figura 2: Mapa de espacialização do SETAF (Governo Rui Costa 2015 – 2018) – Bahia.
Fonte: VIEIRA, 2018, p. 212.



A partir disso, o Governo do Estado da Bahia através da SDR, exerce políticas territoriais construídas a partir da articulação e organização das decisões locais e das demandas sociais. Segundo o Plano Plurianual, as políticas de base agroecológica, implementadas nos espaços rurais baianos, objetivam a promoção da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável rural, a inclusão socioprodutiva e a autonomia de trabalhadores e trabalhadoras rurais da Bahia.

A seguir são apresentados no quadro 1, os programas voltados para o desenvolvimento rural cuja base seja conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva, disponibilizado no Plano Plurianual 2016 -2019 tendo a responsabilidade da SDR.

Quadro 1 - Programas voltados para o desenvolvimento rural cuja base seja a conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva - SDR

Desenvolvimento Rural e Sustentável
Água Para Todos
Ciência, Tecnologia e Inovação Para o Desenvolvimento
Vida Melhor

Elaboração dos autores (2023).

Fonte: BAHIA, 2017.

A seguir são apresentados no quadro 2, os programas, projetos e/ou ações voltados para o desenvolvimento rural, cuja base seja conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva. Tais programas são executados pela Companhia de Ação Regional da Bahia – CAR e estão disponíveis em seu próprio site.

Quadro 2: Programas voltados para o desenvolvimento rural cuja base seja a conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva - CAR

Projeto Bahia Produtiva
Fomento À Produção
Programa Mais Água Para Todos II

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Elaboração dos autores (2023).

Fonte: BAHIA, 2017.

O Movimento de Organização Comunitária – MOC apresenta em seu site programas, projetos e/ou ações voltados para o desenvolvimento rural cuja base seja conservação e preservação ambiental e/ou dos recursos naturais e inclusão socioprodutiva, intitulado: Programa Água Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA), este programa é executado pela entidade em parcerias com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaterr). O objetivo do PAPAA é contribuir para que famílias e comunidades da área de atuação do MOC fortaleçam a segurança alimentar e diversifiquem sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido em parceria com as organizações da sociedade civil (MOC, c2023).

O Movimento de Organização Comunitária atua diretamente em três territórios rurais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão (figura 3).

Delimitação dos Territórios de Identidade de atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), 2021.

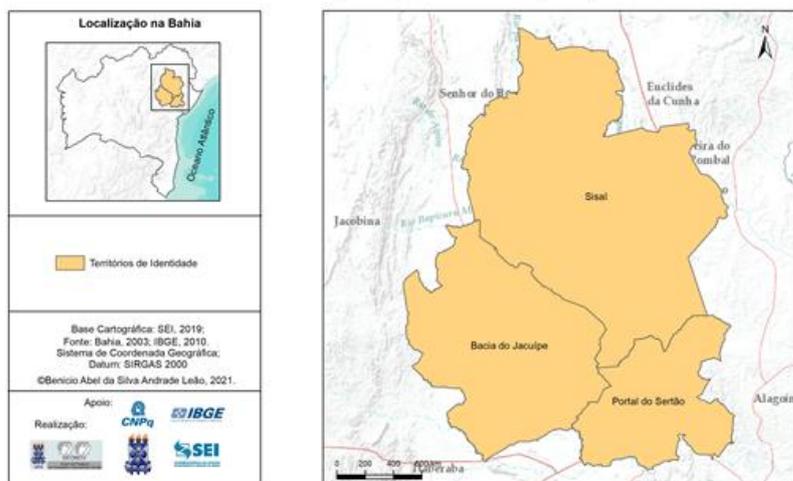




Figura 3: Áreas de atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), 2021.

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

De acordo com Bahia (2019), a agricultura familiar é um dos vetores de desenvolvimento do Estado da Bahia, segundo dados oficiais, nos últimos quatro anos ultrapassa R\$ 1,2 bilhão, aplicado em políticas públicas de inclusão e transformação social do meio rural, colocando a agricultura familiar como protagonista e um dos principais vetores de desenvolvimento. Assim, é inegável a relevância desse segmento no estado. Por meio da SDR, se estabelece políticas públicas com o objetivo de consolidar uma agricultura familiar rural sustentável, que preze pela preservação ambiental, alargue a renda e a autonomia dos agricultores e agricultoras familiares da Bahia.

Nesse sentido, a busca por uma agricultura rural sustentável na Bahia é baseada na agroecologia que se objetiva um desenvolvimento rural sustentável baseado na transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura rural mais sustentável. Consoante à Sena (2019), que possibilite aos agricultores e agricultoras a superação da pobreza; na compreensão do sistema orgânico de produção de base agroecológica associada a inclusão socioproductiva que priorize as questões de gênero e relação; na conservação da biodiversidade e recursos naturais; e na eficiência econômica e justiça social.

5. Conclusões

Conforme, desde o processo de modernização na agricultura brasileira em seu período inicial, na década de 1960, o Brasil apresentou novos paradigmas na estrutura agrícola do país, as quais são explicitadas pela agricultura moderna, caracterizada pelo alto uso do capital para elevação da produtividade da terra e do trabalho. Dessa forma, evidencia-se que o agronegócio assumiu um papel de destaque após a revolução verde, onde foram adotadas novas técnicas de mecanização da produção para o campo.

No entanto, oposto ao agronegócio, a agricultura familiar é um modelo de produção que acentua, de fato, a sustentabilidade. Assim, enfatiza-se como o modelo que sobreleva a importância da Agroecologia, pois se busca o desenvolvimento rural sustentável para além das práticas agroecossistemas de produção, mas incorporando dimensões mais amplas e complexas.

Por conseguinte, sob uma perspectiva geral, a partir da análise sobre o panorama da Agroecologia na Bahia, observa-se que, os espaços rurais baianos apresentam possibilidades

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

para se concretizar uma agricultura rural familiar sustentável baseada nos princípios agroecológicos. Não obstante, para se objetivar o desenvolvimento rural sustentável a partir da perspectiva agroecológica é necessário seguir seus princípios e considerar as demandas sociais e decisões locais advindas dos agricultores e agricultoras familiares da Bahia.

6. Agradecimentos (quando houver)

Os resultados do presente artigo decorrem do relatório final de iniciação científica intitulado: “Políticas territoriais rurais implantadas no Território de Identidade Portal do Sertão com ênfase no meio ambiente e agroecologia”¹, financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Pesquisa/CNPq. Aqui considera-se meus agradecimentos à agência de fomento.

7. Referências bibliográficas

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In.: FALEIRO, F. G. FARIAS; NETO, A. L. de (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Empresa Cerrados, 2008. cap. 29, p. 895-929.

BAHIA. AGRICULTURA FAMILIAR DA BAHIA SE CONSOLIDA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. **SDR**, 2019. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2019-07-25/agricultura-familiar-da-bahia-se-consolida-como-vetor-de-desenvolvimento-do>. Acesso em: 01. out. 2023.

_____. Decreto n.º 58, de 11 de abril de 2003 (2003). **Dispõe sobre a implantação dos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF e os Serviços Municipais de**

¹ LEÃO, B. A. S. A; VIEIRA, V. S. **Políticas territoriais rurais implantadas no Território de Identidade Portal do Sertão com ênfase no meio ambiente e agroecologia**. Feira de Santana; 2021. 1-40. (Relatório técnico de Iniciação Científica).

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Apoio à Agricultura Familiar – SEMAF e dá outras providências. Recuperado de <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>.

_____. Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015. **Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA** do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Recuperado de <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>.

FERREIRA, A. B. R. TOLEDO, M. R. PEREIRA, G. RESENDE, F. C. O agronegócio no Brasil: uma breve revisão histórica e conceitual. **Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários**, n. 50, 2019, p. 67-91.

FINATTO, R. A. SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS / Family agriculture and agroecology: profile of the agroecological production in the city of Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, 26 nov. 2008.

HEREDIA, B. PALMEIRA, M. LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, outubro de 2010.

LAZZARI, F. M. SOUZA, A. S. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Santa Maria, RS, nov. de 2017.

LEÃO, B. A. S. A; VIEIRA, V. S. **Políticas territoriais rurais implantadas no Território de Identidade Portal do Sertão com ênfase no meio ambiente e agroecologia.** Feira de Santana; 2021. 1-40. (Relatório técnico de Iniciação Científica).

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.



MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **MOC**, [c2023]. Disponível em: <<https://www.moc.org.br/sobre>>. Acesso em: 05, out. 2023.

PEREIRA, R. S. *et al.* **O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO:** RODRIGUES, R. S. A transição agroecológica em Assentamentos Rurais do Recôncavo Baiano: entre a reterritorialização e a recampesinização. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2015, La Habana. XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015.

SANCHES, C. D. A. ATER agroecológica no estado da Bahia – uma política pública em construção, v. 13 n. 1 (2018): **Anais do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia;** X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno, 2018.

SENA, A. O. V. SANTANA, G. P. FERREIRA, M. J. BOGO, M. N. R. A. CARVALHO, L. F. O. Agroecologia e produção orgânica na agricultura familiar no território extremo sul da Bahia. **Revista Fitos**. Rio de Janeiro. 2019; 13(Supl.): 15-19.

SIQUEIRA, H. M. de. **Transição agroecológica e sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do território do Caparaó-ES:** o caso da cafeicultura. Tese (Doutorado em produção vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, RJ, 2011.

VIEIRA, D. N. de J.. **AGROECOLOGIA NO RECÔNCAVO BAIANO:** POSSIBILIDADES E DESAFIOS. Dissertação (Mestre em Geografia) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador, 2014.